

POLÍTICA

politica@jj.com.br

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Imprensa Oficial

A Imprensa Oficial de 23/6 trouxe a declaração de bens do vereador suplente da coligação do PMDB Josinaldo Francisco Lira, o Imão da Lojinha, que por um mês substituirá Márcio Cabeleireiro. "Imão", dono de loja no São Camilo, possui um Corolla 2014 (R\$ 58 mil), um Hyundai ix 35 ano 2010 (R\$ 52 mil), uma Tucson 2007 (R\$ 28 mil) e uma moto Honda 2014 (R\$ 5,5 mil).

Outros bens

Imão da Lojinha ainda declarou um apartamento de dois dormitórios na avenida Reserva do Japy (avaliado segundo ele em R\$ 200 mil) e uma caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 10 mil. O total de bens informado pelo parlamentar de 41 anos é de R\$ 353,5 mil. O comerciante do Jardim São Camilo assumiu o cargo no dia 9 de junho. "Imão" foi eleito suplente na eleição de 2016 com 1.061 votos.

Internet

Em algumas semanas, o plenário Laerte Retondo terá internet livre para o público que frequenta a Câmara de Itupeva. O serviço será oferecido de maneira gratuita. De acordo com o presidente da Casa, Eri Campos (PSB), ofertar acesso à internet é uma maneira de incentivar a inclusão digital. "O público que acompanha as atividades dos vereadores poderá usar internet com qualidade em nossas dependências", informa.

▶ SESSÃO DA CÂMARA

Uma das propostas é do prefeito e duas são do Legislativo; funcionalismo passou a ter vale-alimentação de R\$ 577,41

Projetos sobre benefício aos servidores estão na pauta

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Três proposições referentes ao aumento do auxílio-alimentação do funcionalismo público de Jundiá estão na pauta da sessão ordinária da Câmara Municipal desta terça-feira (27), a partir das 18h. Será a 21ª sessão da 17ª Legislatura. No último dia 5, a categoria aceitou proposta da prefeitura que majorou o benefício de R\$ 507,41 para R\$ 577,41 (alta de 13,71%). O projeto de lei (PL) 12.287/2017, do chefe do Executivo Luiz Fernando Machado (PSDB), ratifica o reajuste do auxílio e dois projetos de resolução da mesa diretora do Legislativo (802 e 803) alteram as resoluções 525 e 560, respectivamente, para também majorar o benefício.

Ao todo, sete projetos e uma proposta de emenda à lei orgânica estão na pauta da sessão desta terça. O PL 12.252/2017, do prefeito, revoga a lei 3.396/89 e exige referendo legislativo para a prorrogação do contrato de exploração de serviço público. Para passar esta



SESSÃO ORDINÁRIA Pauta da Câmara de Jundiá começa a ser apreciada a partir das 18 horas, nesta terça-feira (27)

proposta de Luiz Fernando, a maioria simples dos 19 membros da Casa deverá dar o "sim". A justificativa do prefeito se baseia no artigo 22, inciso 27, da Constituição Federal, que diz que legislar a respeito de normas gerais de licita-

ção e contratos é de competência privativa do legislador federal.

Nenhum item da pauta deve provocar maiores discussões no plenário da Câmara. Aprovada na sessão da semana passada em primeiro turno, a proposta de

emenda à lei orgânica 132/2017, também do chefe do Executivo, será apreciada em segundo turno e estabelece novos prazos para a apresentação de matérias orçamentárias, além de modificar disposições sobre o Plano de Metas e a

prestação de informações à Câmara. A proposta tem que ter maioria de 3/5 para ser ratificada.

Adiada na semana passada, a votação do projeto de lei 12.263, do vereador Antonio Carlos Albino (PSB), está prevista para ocorrer hoje. O PL inclui no calendário municipal de eventos o "Encontro Homens com Honra" no terceiro final de semana de agosto. Trata-se de um evento cultural que visa reunir pessoas de diferentes definições religiosas, despertando nelas a capacidade de serem melhores cidadãos.

Projeto tucano

Também estão na pauta os projetos 12.267, do vereador tucano Faouaz Taha, que inclui no calendário de Jundiá o Dia Municipal de Prevenção ao Suicídio, e o 12.281, do petebista Marcelo Gastaldo. Este último altera a lei 8.772/17, que exige divulgação por parte do Poder Executivo da programação de execução de serviços públicos, para prever informação quanto ao departamento responsável.